



**Relatório sobre a participação da Assembleia da República na
LXIX Reunião Plenária da COSAC
(Estocolmo, 14 a 16 de maio de 2023)**

– Delegação da Assembleia da República

Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos (PS)
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Bernardo Blanco (IL)
Membro da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Susana Correia (PS)
Membro da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Carlos Brás (PS)
Membro da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Maria Emília Apolinário (PSD)
Membro da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Firmino Marques (PSD)

– Assessoria

Catarina Ribeiro Lopes, Representante da AR em Bruxelas
Elodie Rocha, Assessora Parlamentar da Comissão de Assuntos Europeus

I. ENQUADRAMENTO

Nos termos do [Regulamento](#) da COSAC (ponto 2.1), «Será organizada uma reunião plenária da COSAC durante cada Presidência, tendo em conta as diferentes práticas parlamentares dos Estados-Membros, os períodos eleitorais e os dias feriados dos Estados-Membros. (...)». Neste contexto, o Parlamento sueco organizou entre os dias 14 e 16 de maio de 2023, em Estocolmo, no âmbito da dimensão parlamentar da respetiva Presidência do Conselho da União Europeia, a [LXIX Reunião Plenária da COSAC](#)¹. Esta reunião contou com a participação dos Parlamntos nacionais da União Europeia (UE), do Parlamento Europeu (PE), dos Parlamntos da Bósnia-Herzegovina, Moldávia, Montenegro, Macedónia do Norte, Sérvia, Ucrânia, Geórgia, Islândia, Kosovo, Mónaco, Noruega, Suíça e do Reino Unido, conforme consta da [lista de participantes](#).

II. DA LXIX REUNIÃO DA COSAC

Do [programa da reunião](#), constavam os pontos que seguidamente se apresentam:

¹ Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamntos da União Europeia

SESSÃO DE ABERTURA

Abriu a sessão, **Andreas Norlén**, Presidente do Parlamento sueco, que, após o discurso de boas-vindas aos participantes da LXIX reunião da COSAC, recordou as reuniões interparlamentares organizadas, até à data, pela Presidência sueca, fez uma breve apresentação do *Riksdag* e da sua organização, do acompanhamento que o Parlamento sueco faz relativamente às questões da UE, e recordou a última Presidência sueca do Conselho da UE que teve lugar em 2009. Aludindo aos temas constantes da ordem dos trabalhos, referiu a guerra na Ucrânia e às suas consequências, expressando o seu respeito e apoio pelo povo ucraniano, bem como a Presidência sueca do Conselho da UE, o 30.º aniversário do mercado único e a transição verde. **Hans Wallmark**, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento sueco, deu as boas-vindas aos colegas dos Parlamentos nacionais que participavam, pela primeira vez, na reunião plenária da COSAC.

Após a adoção da agenda da reunião, passou-se de imediato ao ponto da ordem de trabalhos seguinte:

QUESTÕES PROCEDIMENTAIS E ASSUNTOS DIVERSOS

- **Apresentação dos resultados da reunião da troica presidencial da COSAC**

Hans Wallmark, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento sueco, deu nota de que na reunião da Troica da COSAC foi aprovada a agenda da reunião plenária, mais destacando que a mesma incidiu sobre os projetos de contributos e conclusões, prevendo-se que o respetivo texto final seja aprovado por consenso, sendo que as propostas de alteração aos referidos documentos foram apresentadas pelas delegações, tendo sido distribuído um quadro com as mesmas, bem como os textos de compromisso, a fim de serem discutidas na reunião de Presidentes da COSAC.

- **Apresentação do 39.º Relatório Bianual da COSAC**

A apresentação do [39.º Relatório Bianual da COSAC](#) foi realizada por **Bruno Dias Pinheiro**, Membro Permanente do Secretariado da COSAC, que destacou os resultados do questionário que mereceu o contributo de diversos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, tendo o mesmo versado sobre três temáticas: o papel dos parlamentos/Câmaras Parlamentares relativamente ao Objetivo 55 (*Fit For 55*), o papel dos Parlamentos/Câmaras Parlamentares nos processos de tomada de decisão acelerados em

resposta a crises e boas práticas na troca de informação entre os Parlamntos, incluindo a utilização do IPEX. Seguiu-se a apresentação, em [vídeo](#), dos mencionados resultados.

- **Cartas recebidas pela Presidência**

Hans Wallmark aludiu às cartas recebidas pela Presidência para participar nos trabalhos da COSAC, remetidas pelos Parlamntos da Suíça, Noruega, Câmara dos Lordes e Câmara dos Comuns do Reino Unido, Islândia, Geórgia, Kosovo e Mónaco. Referiu ainda a carta remetida pelas Comissões de Assuntos Europeus do Grupo de *Visegrado* sugerindo nas suas conclusões que a Presidência atual e as próximas Presidências pudessem ser convidadas a incluir na agenda das próximas reuniões da COSAC os temas relativos aos corredores solidários e de segurança alimentar.

Todos os documentos referidos estão disponíveis na plataforma [IPEX](#).

- **Outros Assuntos**

Hans Wallmark informou sobre duas questões processuais adicionais, o fim do antigo sítio web da COSAC (www.cosac.eu), cujo conteúdo foi migrado com êxito para o IPEX e anunciou que 39 Parlamntos/Câmaras nacionais renovaram o seu compromisso com o acordo de cofinanciamento do atual Membro Permanente e do gabinete do Secretariado da COSAC para o período de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2025, estando o processo concluído.

MENSAGEM DE VÍDEO DA PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA, URSULA VON DER LEYEN

Seguiu-se a visualização de um vídeo, através do qual ***Ursula von der Leyen***, Presidente da Comissão Europeia, aludiu à solidariedade para com a Ucrânia e ao desempenho da Presidência sueca neste contexto, recordando a adesão da Suécia à UE em 1995. Realçou três tarefas atuais de grande relevância para a UE: a necessidade de repensar a segurança europeia na sequência da guerra na Ucrânia, reiterando o apoio da UE, a corrida às tecnologias limpas e digitais e a competitividade sustentável da Europa, com destaque para os atos legislativos sobre Indústria de Impacto Zero e as matérias-primas críticas, e a necessidade de proteger as democracias europeias.

Por fim, a Presidente da Comissão Europeia ressaltou a importância do papel dos Parlamentos nacionais na concretização das tarefas mencionadas, uma vez que representam a voz dos cidadãos.

SESSÃO I – A PRESIDÊNCIA SUECA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Jessika Roswall, Ministra dos Assuntos Europeus da Suécia, aludiu ao apoio político, financeiro, humanitário e militar da UE à Ucrânia e à pressão exercida sobre o regime russo através de sanções, congratulando-se com a proposta de um 11.º pacote de sanções centrado na evasão, e com o acordo alcançado para a aquisição conjunta de munições, referindo-se ainda à utilização dos ativos russos para a reconstrução da Ucrânia, bem como à criação de um tribunal especial para o julgamento dos crimes de guerra cometidos na Ucrânia. Seguidamente, referiu a decisão histórica de conceder o estatuto de países candidatos à Ucrânia e à Moldávia, sublinhando a importância da estabilidade das Balcãs Ocidentais no atual contexto geopolítico e a necessidade de refletir sobre o modo de funcionamento e de governação da UE. Relembrando alguns dos dossiers legislativos mais relevantes do primeiro semestre, salientou os progressos alcançados no Pacto de Migração e Asilo, no pacote de medidas «*Fit for 55*», a estratégia sobre a competitividade da UE a longo prazo, a reforma do quadro de governação económica da UE e a segunda ronda de diálogos sobre o Estado de direito. Em conclusão, realçou os esforços da Presidência em criar uma Europa mais segura, mais verde e mais protegida.

Salvatore de Meo, Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu, referindo-se aos desafios que a UE enfrenta e às conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE), salientou a possibilidade de implementar várias medidas no âmbito do atual Tratado, recordando ainda a resolução adotada pelo Parlamento Europeu sobre a realização de uma Convenção para a revisão dos Tratados, nomeadamente no que diz respeito às regras de votação por maioria qualificada no domínio da política externa, o reforço dos procedimentos para proteção dos valores europeus, o direito de iniciativa legislativa do Parlamento Europeu e a adaptação das competências atribuídas à UE em certas áreas. Destacou ainda a importância das próximas eleições para o Parlamento Europeu em 2024 e felicitou a Presidência sueca pelo trabalho desenvolvido relativamente às propostas de alteração às regras das eleições europeias, à revisão do regulamento relativo aos partidos políticos europeus e às fundações políticas europeias,

assim como a proposta de regulamento relativo à transparência e direcionamento da propaganda política.

No período de debate que se seguiu, os parlamentares destacaram temas como a resposta da UE à guerra na Ucrânia, nomeadamente a demonstração de solidariedade com apoio económico, humanitário, militar, as sanções aplicadas à Rússia e à Bielorrússia, a questão da migração, o pedido de adesão da Suécia à NATO, o respeito e fortalecimento dos valores europeus da democracia e do Estado de direito, a política de alargamento da União Europeia e a relação com os Balcãs Ocidentais, as transições digital e energética, o recurso a novas fontes de energia e a redução do recurso a combustíveis fósseis, o mecanismo de recuperação e resiliência, bem como a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Interviu no debate o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado **Luís Capoulas Santos** (PS) que saudou o apoio da UE à Ucrânia, referindo os avanços realizados na coesão da União, no reforço das sanções contra o agressor russo, no apoio político e militar e nos esforços para a reconstrução do país devastado. Felicitou o trabalho da Presidência sueca e os progressos alcançados na revisão do Quadro de Governação Económica, adaptado à nova realidade política e económica europeia, e, no domínio da transição verde, os avanços realizados no âmbito do pacote «*Fit for 55*» e, especialmente, na redução da procura de gás. Lamentou a falta de progressos sobre as perspetivas de novos alargamentos e os seus impactos no plano institucional e financeiro, assim como, a ausência de progressos sobre o conteúdo e expressão institucional que se pretende atribuir à chamada Comunidade Política Europeia. Por fim, manifestou a solidariedade e apoio de Portugal à integração da Suécia na NATO, afirmando que tal constituiria um reforço relevante para a segurança e defesa europeias e para a relação euro-atlântica.

Jessika Roswall, Ministra dos Assuntos Europeus da Suécia agradeceu as intervenções, sublinhando a importância de manter o apoio à Ucrânia, e de acelerar o processo legislativo sobre as migrações, bem como reforçar o Estado de direito.

SESSÃO II – 30 ANOS DO MERCADO ÚNICO

Abriu a sessão **Hans Wallmark**, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento sueco, passando de imediato a palavra a **Othmar Karas**, Vice-Presidente do Parlamento Europeu que, na sua intervenção, aludiu à criação do mercado interno em 1993 através do Tratado de Maastricht, o qual contribuiu para a integração e unidade europeia,

promovendo a prosperidade e a competitividade da UE. Referindo-se aos benefícios do mercado interno, salientou a importância do seu aprofundamento, designadamente para enfrentar os vários desafios dos últimos anos, como a saída do Reino Unido da UE, a pandemia, a inflação, a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a crise alimentar. Afirmou que a União tem um grande potencial não utilizado, referindo a necessidade de concretizar os mercados de capital e a união bancária, de reforçar a autonomia estratégica e a independência energética, através da aposta em produtos «*made in Europe*», cortando custos e melhorando a eficiência. Continuou referindo-se à importância da implementação de iniciativas como o Pacto Ecológico Europeu, o *Next Generation EU*, o *REPowerEU*, aos atos sobre os serviços e mercado digitais, a estratégia industrial da UE, o instrumento de emergência do mercado único, a lei europeia sobre os *chips*, as matérias-primas críticas, a inteligência artificial e a ciber-resiliência. Concluiu reiterando o sucesso do mercado único, relançando a importância de continuar o trabalho a fim de alcançar resultados ainda melhores.

Seguiu-se a intervenção de **Kerstin Jorna**, Diretora-Geral da Direção para o Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME's, que destacou quatro aspetos do mercado interno: em primeiro lugar, que «o mercado único protege-nos», salientando os benefícios e oportunidades da liberdade de circulação das pessoas, do comércio e do investimento transfronteiriço, dando como exemplo as medidas adotadas durante a pandemia de COVID-19; em segundo lugar «o mercado único capacita-nos», referindo-se à resposta europeia às crises, com destaque para o papel da indústria europeia na transição verde e digital; em terceiro lugar «o mercado único dota-nos de uma voz» enquanto instrumento geopolítico; e, em quarto lugar, «o mercado único enquanto ativo partilhado», que exige um compromisso comum dos Estados-Membros para a sua implementação. Sublinhou, em conclusão, a importância de transpor corretamente a legislação europeia a nível nacional, de forma a eliminar os entraves para o pleno funcionamento do mercado único.

No período de debate que se seguiu, os parlamentares destacaram o sucesso do mercado único, referindo, no entanto, a existência de diversos desafios externos que o afetam como a pandemia, a guerra na Ucrânia, a crise energética e a transição verde. Foram ainda abordados temas como a importância da exceção das regras temporárias, a relevância da proteção da concorrência justa, o alargamento do espaço Schengen à Roménia e à Bulgária, a eliminação da burocracia excessiva para as empresas europeias, a necessidade de reforçar o mercado interno de modo a torna-lo mais resiliente e preparado

para enfrentar futuras crises, a segurança e a diversificação das cadeias de abastecimento, o reforço da autonomia estratégica da UE, com destaque para a lei sobre os *chip* e as matérias-primas críticas, a redução da dependência externa e a importância da valorização e o reconhecimento das competências.

Intervio na presente sessão a Senhora Deputada **Susana Correia** (PS) que se referiu ao mercado único como uma das mais importantes realizações da UE, o qual enfrenta desafios cada vez mais crescentes e complexos, sendo necessário aproveitar as novas oportunidades para a economia da União Europeia e para as pessoas. Felicitou pelo Ano Europeu das Competências, que visa promover a competitividade, a participação e o talento e que espera que permita, em cooperação com o Parlamento Europeu, os Estados-Membros e os demais parceiros, dar um novo impulso à aprendizagem ao longo da vida através do aumento do investimento, eficácia e inclusão, da formação, da melhoria de competências e da atração de pessoas de países terceiros com as competências de que a UE necessita, reforçando as oportunidades de aprendizagem, a mobilidade e, facilitando o reconhecimento das qualificações, incluindo as qualificações atribuídas fora da União. Sublinhou ainda a importância do desenvolvimento de medidas que contribuam para melhorar a oferta de competências, de qualificações e o reconhecimento dessas qualificações.

Nas suas intervenções finais, **Kerstin Jorna** reiterou a importância de simplificar procedimentos, do acesso ao financiamento e do reconhecimento das qualificações e das competências, e **Othmar Karas** referiu a relevância de retirar lições com as experiências de sucesso do mercado único, procurando remover as suas lacunas e deficiências, referiu o alargamento do espaço Schengen através do cumprimento dos respetivos critérios e a importância de alinhar os acordos comerciais da UE com os seus valores e a sua legislação, dado o contexto geopolítico do mercado único.

SESSÃO II – 30 ANOS DO MERCADO ÚNICO (continuação)

Katarina Areskoug, Presidente do Conselho do Centro de Estudos Europeus da Universidade Lund, moderou a sessão, explicando o seu formato especial, com a apresentação de um questionário e destacando os benefícios do mercado único para os cidadãos e as empresas da UE. De seguida passou a palavra à oradora **Anna Stellingner**, Diretora-Geral Adjunta do International and EU Affairs, *Confederation of Swedish*

Enterprise, que centrou a sua intervenção em três questões essenciais: a importância do mercado único para a integração europeia, do seu aprofundamento e evolução, os desafios da perspetiva empresarial, nomeadamente a necessidade de assegurar uma concorrência justa e sem distorções, e a relevância de remover obstáculos no mercado único, tendo em vista a criação de um clima de inovação e competitivo.

Therese Svanström, Presidente da *Swedish Confederation of Professional Employees* (TCO) sublinhou a importância do envolvimento dos parceiros sociais e dos trabalhadores nos processos legislativos em curso, bem como no reforço das competências e da formação contínua de modo a aumentar a resiliência económica e social das sociedades, designadamente para enfrentar períodos de transição e de crise. Defendeu a acessibilidade e flexibilidade do sistema de formação dos trabalhadores, através de um financiamento suficiente e uma maior partilha de responsabilidades entre Estado, empresas e trabalhadores. Referindo-se à recomendação do Conselho sobre o reforço do diálogo social na UE, deu nota sobre a recente reforma do mercado de trabalho na Suécia, com uma maior proteção de categorias específicas de trabalhadores e da sua empregabilidade. Concluiu, referindo a necessidade de reforçar as perspetivas de género, afirmando que a baixa participação das mulheres no mercado de trabalho é uma questão de igualdade de direitos e uma perda de capital humano.

De seguida, a moderadora **Katarina Areskoug** apresentou o questionário, cujas respostas mereceram o comentário por parte dos membros do painel, e que consistia em seis perguntas, a primeira sobre os fatores que mais contribuem para a competitividade da UE, tendo a resposta mais votada pelos participantes no plenário sido a opção relativa ao «Reforço da capacidade de resiliência da UE através da produção própria»; a segunda pergunta visava saber qual o componente do mercado único que mais contribui para o reforço da competitividade da UE, tendo sido selecionada a resposta que propõe a simplificação da regulamentação e a melhoria das competências; a terceira questão referia-se à melhor forma do mercado único contribuir para a transição verde e digital, tendo sido selecionada a resposta relativa à criação de requisitos juridicamente vinculativos para as empresas; a quarta pergunta indagava sobre o maior obstáculo para as PME's, tendo a resposta mais votada sido a referente aos processos legais e administrativos; a quinta questão dizia respeito à forma como o mercado único poderia salvaguardar as competências, tendo sido selecionada a opção que previa uma combinação de medidas internas como um maior reconhecimento das qualificações profissionais; e, por fim, a sexta

questão visava saber qual a melhor forma de os Parlamentos nacionais contribuírem para o reforço da competitividade e da resiliência do mercado único, tendo a maioria dos participantes optado pela medida que prevê contactos numa fase inicial das propostas da Comissão e com controlos da subsidiariedade.

No período de debate que se seguiu, os parlamentares destacaram os resultados positivos do mercado único para a integração europeia, tendo sido abordados temas como os desafios que o mercado único enfrenta como o efeito que os auxílios estatais podem desempenhar relativamente à competitividade das empresas, a divergência de preços de energia nos Estados-Membros, a política de alargamento da UE, novos instrumentos de financiamento, bem como o alargamento do espaço Schengen nomeadamente à Roménia.

Em resposta, **Therese Svanström** destacou os desafios da transição verde e digital para o mercado único, salientando o papel da educação e da formação para a competitividade da UE. **Anna Stellingner** referiu-se à importância do envolvimento dos trabalhadores e das empresas na procura de soluções, do papel das PME's na inovação, e da criação de regras comuns no mercado único.

REUNIÃO DOS PRESIDENTES DA COSAC

Abriu o presente ponto da agenda, **Hans Wallmark**, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento sueco, deu início à discussão das propostas de texto dos contributos e conclusões, tendo por base a versão do compromisso discutido na reunião da troica presidencial, com as alterações remetidas pelas delegações, na qual participaram os Presidentes das Comissões dos Assuntos Europeus dos Parlamentos nacionais. Em cumprimento do ponto 7.5 das regras de procedimento da COSAC, seguiu-se o período de votação, tendo o texto dos [contributos](#) e das [conclusões](#) sido adotado por consenso.

SESSÃO III – RUMO A UMA TRANSIÇÃO VERDE

A sessão foi realizada na presença de S.A.R. a Princesa Vitória da Suécia e aberta por **Matilda Ernkrans**, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento sueco. De seguida, **Heléne Fritzson**, Membro da Comissão ENVI do Parlamento Europeu, começou a sua intervenção relembrando a política climática e ambiental adotada pela Suécia ao longo dos anos, bem como a política ambiental da UE, com destaque para o Pacto Ecológico Europeu, lançado em 2019, e a lei europeia do clima de 2021. Referiu ainda o regime de comércio de licenças de emissão da UE (RCLE-UE) no âmbito pacote

legislativo «*Fit for 55*» que visa alcançar o objetivo de redução das emissões até 2030 e o aumento do armazenamento de carbono nas florestas e no solo, bem como o Fundo Social para o Clima que pretende apoiar as famílias e as pequenas empresas na transição verde. Concluiu alertando para a urgência em implementar as medidas do «*Fit for 55*», salientando o papel que as mulheres podem desempenhar na transição verde e a importância de enfrentar as crises de forma conjunta, em especial no atual contexto de guerra e de inflação, através do reforço da democracia, da liberdade e da sustentabilidade.

Seguiu-se a intervenção de **Daniel Mes**, Membro do Gabinete do Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia Frans Timmermans, que, referindo-se à questão de saber como se pode alcançar uma boa transição para um futuro neutro do ponto de vista climático, realçou a importância da participação dos cidadãos para concretizar as mudanças necessárias, bem como os objetivos traçados pela Lei europeia do Clima, que criou uma obrigação juridicamente vinculativa para alcançar a neutralidade climática até 2050. Salientou, no entanto, a existência de limites aos objetivos definidos, como o desafio da implementação da legislação aprovada, e realçou o papel que o Fundo Social para o Clima pode desempenhar para apoiar os agregados familiares mais vulneráveis. Referiu ainda a vertente empresarial da transição verde, nomeadamente o trabalho conjunto que as empresas podem desenvolver visando a criação de inovações ecológicas para os cidadãos europeus, dando como exemplo o uso de painéis solares, bem como o incentivo a investimentos sustentáveis, com criação de emprego, referindo a construção de uma fábrica coreana de baterias para automóveis no norte de França. Frisou, assim, a importância da cooperação entre a UE e o setor empresarial tendo em vista a criação de um ambiente amigável, com acesso a recursos e a eliminação de obstáculos burocráticos, com destaque para o papel das PME's.

Johan Kuylenstierna, Diretor-Geral de *Formas - Conselho de Investigação para o Desenvolvimento Sustentável*, recordou as palavras do Secretário-Geral das Nações Unidas que referiu-se à atual situação climática como sendo um «código vermelho para a humanidade» e deu nota que, de acordo com o último relatório sobre Riscos Globais apresentado no Fórum Económico Mundial, os principais desafios globais encontram-se todos relacionados com o ambiente. Relembrando os impactos das alterações climáticas para a população, advertiu que a longo prazo poderá assistir-se a mudanças significativas da subida do nível do mar e alterações na circulação atmosférica, que serão difíceis de suportar pela sociedade moderna. Afirmou que a transição ecológica exige mudanças

sistémicas, sublinhando que a guerra na Ucrânia realçou a importância da ligação entre a eficiência dos recursos, a geopolítica e a segurança. Apesar de todas as crises, expressou o seu otimismo quanto ao reforço do investimento das cidades, das regiões e do setor empresarial nesta matéria, assumindo maiores responsabilidades ambientais, com destaque ainda para o papel desempenhado pelos Parlamentos nacionais na ligação entre todos os envolvidos neste processo. Concluiu, apontando três mensagens essenciais para o debate: a necessidade de incentivar a transição com o apoio das comunidades locais e das empresas, a importância da governação multinível e a conexão entre cidadãos e empresas, e a relevância das aptidões e competências para a transição ecológica.

No período de debate que se seguiu, os parlamentares destacaram temas como a dimensão social da transição verde, referindo o Fundo Social para o Clima, os custos da descarbonização, o aprovisionamento energético, a energia nuclear, o papel liderante da UE na neutralidade climática e na redução das emissões de gases com efeito de estufa. Vários oradores deram nota sobre a situação específica e os progressos alcançados nos seus países em matéria energética, tendo sido realçada a importância de considerar as características únicas de cada Estado-Membro, a relevância em investir em produtos verdes e limpos, tecnologia e inovação, conectividade, e a independência energética e dos recursos.

Interviu no debate o Senhor Deputado **Firmino Marques** (PSD) que se referiu à difícil tarefa de cumprir um quadro de salvaguarda do ambiente, o contributo efetivo de qualquer estado para o objetivo da neutralidade carbónica em 2050, traçado pela União Europeia. Afirmou que na habitação, construção ou renovação para famílias de menores rendimentos, obedecendo a padrões de elevada exigência energética, gerando poupanças de energia significativas, os Estados-Membros deveriam ser mais proativos no que se refere à informação e apoio técnico para sua boa execução, de modo que todos possam programar e executar medidas que contribuem para o objetivo comum de uma transição verde, equitativa e inclusiva. Referiu que, à semelhança do que acontece noutros Estados-Membros, em Portugal a crise energética obriga a uma maior autonomia, maior independência e também maior solidariedade na Europa, o que tem sido conseguido através da energia de fontes renováveis. Alertou, no entanto, para os seus impactos, como no caso da energia solar, em que a implantação de usinas solares em grandes áreas pode levar à perda de cobertura vegetal nativa, mudando sobremaneira a paisagem com a formação de áreas degradadas e conseqüente perda com os processos erosivos de habitat

para a fauna e flora local, indispensável para a vida na terra. Sublinhou, assim a importância de compensar as populações onde se inserem estes investimentos no quadro da solidariedade.

Nas intervenções finais de **Heléne Fritzton** realçou que a transição ecológica deve ser local, nacional e internacional visando a sustentabilidade e o crescimento, e com base na solidariedade, **Daniel Mês** sublinhou que o investimento em energias renováveis conduzirá à independência energética e salientou o papel dos Parlamentos nacionais na prestação e informação aos cidadãos, e **Johan Kuylenstierna** salientou a ligação da transição verde com o desenvolvimento económico e social, o papel liderante da UE e a sua segurança, referindo ainda a importância das aptidões e competências nesta matéria.

SESSÃO V – UCRÂNIA

Abriu a sessão **Hans Wallmark**, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento sueco, que passou a palavra a **Ivanna Klymush-Tsintsadze**, Presidente da Comissão para a Integração da Ucrânia na UE, que agradeceu todo o apoio prestado pela UE e seus Estados-Membros à Ucrânia, a nível humanitário, financeiro, militar e de pressão sobre a Rússia através das sanções adotadas e a responsabilização dos crimes cometidos, e apelou ao apoio à reconstrução, recuperação e desenvolvimento da Ucrânia, realçando o papel essencial da Plataforma Multiagências de Coordenação de Doadores na mobilização de apoio internacional público e privado, bem como o envolvimento local. Encerrou a sua intervenção, salientando a importância da Conferência internacional de peritos sobre a recuperação, a reconstrução e a modernização da Ucrânia.

Anders Ahnlid, Chefe do Grupo de Trabalho relativo à utilização de bens congelados e imobilizados para apoiar a reconstrução da Ucrânia Antigo, descreveu os trabalhos iniciados na Presidência Sueca sobre a utilização de ativos congelados e imobilizados para apoiar a reconstrução da Ucrânia, referindo a criação do grupo de trabalho da Plataforma Multiagências de Coordenação de Doadores na mobilização de apoio à Ucrânia, explicando as suas três vertentes de trabalho: a compreensão dos dados sobre o valor, a propriedade, o tipo e a localização dos ativos congelados; a avaliação da viabilidade e adequação das diferentes opções relativas aos ativos congelados e imobilizados; e a cooperação internacional. Concluiu, reiterando o objetivo de obter o maior número possível de resultados, e apelou para que os Estados-Membros assumam as suas responsabilidades, aguardando que o grupo de trabalho apresente resultados tangíveis até junho.

Seguiu-se a intervenção de **Jean-Erik de Zagon**, Chefe da Representação do Banco Europeu de Investimento para a Ucrânia, que se referiu aos dados sobre a estimativa dos danos diretos causados pelos ataques da Rússia na Ucrânia desde o início da invasão. Apontando as necessidades de reconstrução, referiu que a principal prioridade é o investimento no setor público e a reparação das infraestruturas críticas que permitem o regresso da população à Ucrânia e a atração de investimentos privados. Como principais desafios, apontou a limitada capacidade de absorção da Ucrânia, bem como a necessidade de assegurar um financiamento em condições favoráveis a fim de garantir a sustentabilidade da dívida. Descreveu os principais domínios em que o Banco Europeu de Investimento (BEI) atua na Ucrânia e o apoio disponível da UE para os trabalhos de reconstrução, com destaque para as infraestruturas sociais, a ajuda de emergência imediata e a reparação de infraestruturas danificadas como estradas. Apontou o desenvolvimento da Iniciativa UE pela Ucrânia (EU4U), a qual incluía 100 milhões de euros de recursos próprios do BEI e a criação do Fundo Fiduciário UE para a Ucrânia, que se encontrava aberto a contribuições da Comissão Europeia, dos Estados-Membros e de países com objetivos semelhantes. Destacou ainda a utilização da iniciativa EU4U para projetos de recuperação do setor público, incluindo a reconstrução das infraestruturas de transportes como os corredores de solidariedade, reparações no setor da energia e a resiliência económica do setor privado, apoiando o acesso das PME's ao financiamento, com garantias para as grandes empresas.

No debate que se seguiu, a maioria dos parlamentares apelaram à manutenção do apoio da UE à Ucrânia, salientando a importância das demonstrações de solidariedade como as visitas ao país e o estabelecimento de contactos entre as autoridades locais. Foram ainda abordados temas como o apoio militar, o processo de negociações de paz, a responsabilização pelos crimes de guerra cometidos na Ucrânia e a violação dos direitos humanos, nomeadamente de mulheres e crianças, a criação de um tribunal especial, a utilização dos ativos russos congelados para a reconstrução do país e o 11.º pacote de sanções da UE. Alguns parlamentares referiram as reformas que a Ucrânia deve realizar, a sua adesão à UE e à NATO, a importância da defesa da ordem internacional e dos valores europeus, alertando ainda para a vulnerabilidade de países como a Moldávia e a Geórgia, e o processo de alargamento da UE.

Nas intervenções finais de **Ivanna Klympush-Tsintsadze** agradeceu todo o apoio manifestado, afirmando que a importância de assegurar a derrota e punição da Rússia pela agressão contra a Ucrânia, referindo o próximo relatório da Comissão sobre os progressos efetuados pela Ucrânia em relação aos critérios de referência necessários para a sua adesão à UE e convidou todos a visitar o país.

Nas suas observações finais **Hans Wallmark** salientou a importância do trabalho desenvolvido pelo BEI e o grupo ad hoc sobre ativos russos congelados e solicitou que fosse transmitido ao povo ucraniano e aos membros do *Verkhovna Rada* ucraniano a solidariedade e o compromisso da UE em manter o apoio à Ucrânia o tempo que for necessário.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO: ADOÇÃO DO CONTRIBUTO E DAS CONCLUSÕES DA LXIX COSAC

O encerramento foi efetuado por **Hans Wallmark**, Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus do Parlamento sueco, que felicitou os participantes pelo trabalho desenvolvido, sublinhando a produtividade dos debates. De seguida, aludiu a adoção, por consenso, dos textos dos contributos e das conclusões pela LXIX COSAC, agradecendo a todos os participantes. De seguida, passou a palavra a **Susana Sumelzo**, Presidente da Comissão Mista para a União do Parlamento espanhol, que anunciou, no âmbito da próxima Presidência da COSAC no segundo semestre de 2023, que a reunião dos Presidentes da COSAC terá lugar nos dias 9 e 10 de julho, e que a LXX COSAC terá lugar nos dias 24 a 26 de setembro, ambas em Madrid.

Notas Finais

Além dos documentos referenciados, toda a documentação referente à reunião da COSAC, bem como a gravação vídeo da conferência, podem ser encontrados em:

- [Conference of Parliamentary Committees for Union Affairs of Parliaments of the European Union \(COSAC\) - IPEX.eu](https://www.ipec.eu/en/conference-of-parliamentary-committees-for-union-affairs-of-parliaments-of-the-european-union-cosac)
- [Plenary Meeting of COSAC | Sweden's Presidency of the Council of the European Union – The Parliamentary dimension \(riksdagen.se\)](https://www.riksdagen.se/en/press-releases/2023/06/20/plenary-meeting-of-cosac-sweden-s-presidency-of-the-council-of-the-european-union-the-parliamentary-dimension)



- Respostas da [Presidência do Conselho da UE](#) e da [Comissão Europeia](#) aos Contributos adotados pela LXIX COSAC.

Assembleia da República, 25 de julho de 2023.

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus,

A handwritten signature in black ink, which appears to read "Luís Capoulas Santos". The signature is fluid and cursive.

(Luís Capoulas Santos)